

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça - Lei Compromissos e Pagamentos em Atraso

SÍNTESE DE RESULTADOS

A auditoria teve por objetivo avaliar o cumprimento da LCPA pelo IGFEJ, entidade da Administração Pública Central na dependência do Ministério da Justiça, na sequência da inclusão do ex-Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça (entretanto integrado no IGFEJ) nas listas de entidades incumpridoras publicada pela DGO em outubro de 2012.

1. Principais conclusões

- 1 - O motivo de inclusão do ex-ITIJ, hoje integrado no IGFEJ, nas listas de incumpridores referentes a setembro de 2012 (publicadas em outubro de 2012) deveu-se a não ter sido validado o reporte pela DGO por a entidade ter incorrido em aumento de pagamentos em atraso ;
- 2 - O sistema de informação do IGFEJ dispõe dos requisitos exigidos pela LCPA ;
- 3 - O IGFEJ evidencia sistematicamente pagamentos em atraso, verificando-se contudo que o stock existente a 31-12-2012 foi significativamente reduzido ;
- 4 - Constataram-se deficiências no cálculo dos fundos disponíveis, por não correção das previsões de receita a que estava obrigado nos meses em que incorreu em aumento de pagamentos em atraso ;
- 5 - A execução orçamental de 2013 indicia dificuldades de financiamento, decorrentes de quebra de receita, que poderão dificultar a gestão do orçamento do MJ.

2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

O IGFEJ deverá promover as medidas necessárias com vista à correção das insuficiências verificadas, nomeadamente ao nível da contabilização da receita, do circuito de validação das faturas de fornecedores e do adequado cálculo dos fundos disponíveis.

(Relatório n.º 1591/2013, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2013-10-17).